

Beatriz Moreira Monteiro

Arquivista e Chefe da Seção de Documentos Privados do Arquivo Nacional.

Da prisão cor-de-rosa aos arquivos: fontes documentais sobre a mulher no Arquivo Nacional

As possibilidades de se resgatar em fontes primárias informações para o estudo da atuação feminina na sociedade brasileira são infinitas. Este artigo é uma tentativa de apontar ao leitor algumas delas, um roteiro preliminar, restrito à documentação escrita do Arquivo Nacional, que não pretende esgotar e nem realizar um estudo crítico sobre o assunto.

Durante décadas a mulher, por atitudes individuais ou movimentos organizados, conseguiu assegurar, pouco a pouco, o direito de eleger ou ser eleita, trabalhar fora, ter uma carreira, ter a educação desejada. Mas, ao se falar em direito da mulher, imediatamente se associa esta idéia



à discriminação sexual e ao que se considera o seu eterno inimigo, o homem. "O adversário da mulher não é o homem, mas a sociedade como um todo, onde ela foi culturalmente oprimida, silenciada".¹ A história dessa opres-

são pode ser recuperada até pela pequena proporção em que as mulheres aparecem como agentes nos documentos, principalmente nos acervos mais antigos. Optou-se, entretanto, por privilegiar as fontes para o estudo da atuação feminina em épocas mais recentes, notadamente aqueles conjuntos em que as informações por quantidade, repetição e até qualidade são mais constantes.

O levantamento das fontes primárias

ateve-se à documentação textual, de origem privada ou pública, que se encontra sob a custódia da Coordenação de Documentos Escritos (CDE) desta Instituição, à exceção das fotografias integrantes do fundo Federação Brasileira para o Progresso Feminino, sob responsabilidade da Coordenação de Documentos Audiovisuais. A seleção dos fundos e dos documentos dentro destes teve como base assuntos concernentes ao universo feminino e que sempre foram objetos de reivindicações e estudos, tais como planejamento familiar (incluindo casamento, divórcio, contracepção, saúde da mulher e da criança), trabalho, educação e participação política. Tais questões não são estanques, estão interligadas entre si, porém serão abordadas em separado.

As fontes serão apresentadas agrupadas pelos temas já citados, conforme os fundos aos quais pertençam. Os acervos encontram-se em diversas fases de tratamento técnico, alguns somente identificados, outros parcialmente ou totalmente organizados. Os instrumentos de pesquisa que lhes permitem o acesso refletem o estágio de organização.

OS PRINCIPAIS FUNDOS DOCUMENTAIS PARA A TEMÁTICA

Os fundos privados reunidos nos acervos da Federação Brasileira para o Progresso Feminino — FBPF, Campanha da Mulher pela Democracia — CAMDE e Comba Marques Porto (militante feminista) são os mais representativos da participação po-

lítica da mulher na sociedade brasileira. Trata-se de fundos organizados, em bom estado de conservação, que possuem instrumentos de pesquisa e abordam todos os temas já mencionados.

A Federação Brasileira para o Progresso Feminino — FBPF (código QO) foi fundada em agosto de 1922, por Berta Maria Júlia Lutz, no Rio de Janeiro, com o objetivo de elevar o nível cultural da mulher e torná-la mais eficiente à atividade social. Seu acervo é constituído por documentos sobre diversos eventos feministas ocorridos no Brasil e no exterior, como a campanha sufragista e a Constituinte de 1932, entre outros, compreendendo os anos de 1902 a 1979.

Comba Marques Porto (código TJ) nasceu no Rio de Janeiro, é advogada, participou ativamente da Constituinte de 1986. Seu arquivo é formado por documentos relativos à entidades feministas, atuação da mulher na sociedade e Constituinte de 1986, abrangendo o período de 1945 a 1989.

A Campanha da Mulher pela Democracia — CAMDE (código PE) foi criada em 1962 por Leovigildo Balestieri, padre Francisco de Ipanema, Glycon de Paiva e o general Golbery do Couto e Silva. Organizada, custeada e orientada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais — IPES, tinha como principal objetivo a oposição ao comunismo. Seu arquivo é composto por recortes de jornais e panfletos sobre vários temas, além de relatórios da entidade do período de 1961 a 1971.

Há ainda outros fundos com documentação relativa à mulher, que demonstram sua condição na sociedade, e que serão destacados no decorrer do artigo.

PLANEJAMENTO FAMILIAR

Até muito recentemente a mulher não podia opinar na formação de sua família. Os casamentos, no tocante às classes privilegiadas, eram acertados sem a participação da noiva. Nas camadas mais pobres, geralmente, optava-se pelo concubinato. O desejo ou não de ter filhos, e em que quantidade, assim como a manutenção do casamento, sempre estiveram atrelados à vontade do marido e à religião.

No fundo Marquês de Barbacena,² a correspondência do titular com d. Pedro I a respeito das negociações do segundo ca-

samento do imperador com alguma nobre européia, muito dificultada, entre outras razões, pela fama de péssimo marido do candidato, demonstra o quanto a mulher era tratada como mercadoria no casamento. Uma carta do imperador ao marquês descreve suas exigências de bom berço, educação, beleza e virtude. Dadas as dificuldades, as condições foram reduzidas a duas: beleza e virtude.

[...] E porque a distância é muito grande e eu desejo acelerar o quanto for possível o meu casamento, convem que vos habilite com instruções mais amplas e positivamente minhas. O meu desejo e grande fim é obter uma princesa, quer por seu nascimento, formosura, virtude e instrução, que venha fazer minha felicidade e a do Império, quando não seja possível reunir as qua-



Casal, segunda metade do século XIX. Arquivo Nacional.

tro condições, podereis admitir alguma diminuição no primeiro e quarto, contanto que a segunda e terceira sejam constantes [...]. (código Q1, código 607, vol. 4).

Na discussão a respeito do código civil, realizada em 1975, os fundos da Federação e de Comba Marques Porto se complementam. Através dos anteprojetos de Berta Lutz pela FBPF e do Centro da Mulher Brasileira, observa-se as propostas de entidades feministas de gerações diferentes em relação ao artigo do código civil a seguir:

Art. 1.603. A direção da sociedade conjugal cabe ao marido, que a exercerá com a colaboração da mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.

Parágrafo único. As questões essenciais serão decididas em comum. Havendo divergência, prevalecerá a vontade do marido, ressalvada à mulher a faculdade de recorrer ao juiz, desde que não se trate de matéria personalíssima.

A proposta e comentários de Berta Lutz foram:

[...] Art. 1.603. Aos cônjuges compete dirigir conjuntamente a sociedade conjugal no interesse do casal e dos filhos.

Parágrafo único. Em caso de divergência grave ou sobre assunto essencial, haverá recurso ao juiz por um ou por ambos os cônjuges [...] A exposição ao direito de família diz (p. 354) que a 'absoluta igualdade bem cedo gera um impasse que indesejavelmente leva, à

mingua de qualquer outra solução, ao desquite'. Raciocínio absurdo. Acresce que no momento atual, em que a própria Organização das Nações Unidas proclama a igualdade de direitos do homem e da mulher, o ponto de vista do anteprojeto se torna anacrônico. (Q0, cx. 83, p.5).

O Centro da Mulher Brasileira quanto ao mesmo artigo afirma:

[...] Art. 1.603. A direção da sociedade conjugal caberá a ambos os cônjuges, que a exercerão sempre no interesse do casal e dos filhos.

Parágrafo único. Havendo divergência prevalecerá a decisão judicial, cabendo a qualquer dos cônjuges a faculdade de recorrer ao juiz, desde que não se trate de matéria personalíssima [...]. (TJ, 9.1.6).

Bastante preocupado com a dificuldade de se mapear os casamentos realizados no registro civil, e com a preferência dos casais de viverem em concubinato, Mario Augusto Teixeira de Freitas³ propõe formas de incentivo ao casamento oficializado e de seu controle estatístico, como denotam seus anteprojetos de medidas legais na década de 1940.

Casamento, divórcio e aborto são temas muito recorrentes nos fundos judiciários. Nas pretorias cíveis⁴ encontram-se livros-talões de nascimento, casamento e óbitos. Nas varas cíveis⁵ processos de divórcio, ao passo que morte por aborto, ocultação de feto, infanticídio são obje-

tos de inquéritos policiais e processos das varas e pretorias criminais.⁶ Contratos pré-nupciais e de casamentos são frequentes nos ofícios de notas⁷ e nos registros de imóveis.⁸

Serve de exemplo um inquérito policial realizado pela 11ª pretoria do Rio de Janeiro, em julho de 1898, em que Maria José Cavalcanti (29 anos, alfabetizada), casada há 14 anos com José Maurício de Matos, acusa o marido de poligamia, alegando que o mesmo casou-se sob nome falso com a menor Alzira. No inquérito fica provado que o acusado não casou-se novamente, mas convivia com a menor, situação consentida pela sua mãe, visto que Alzira não era mais virgem. (T8 0003).

Ainda sobre aborto, divórcio, proteção à maternidade e à infância artigos e estu-

dos são uma constante nos fundos Comba Marques Porto, Comissão de Estudos Constitucionais⁹ e decreto-leis.¹⁰

TRABALHO

A maior parte das atividades de trabalho da mulher na América Latina, quer se orientem para o mercado, quer para o consumo familiar, são exercidas no contexto doméstico, o que impede que sejam reconhecidas como produtivas, tanto pelas mulheres que as desempenham quanto pelas agências e pesquisadores que coletam dados sobre a força de trabalho.¹¹

A invisibilidade do trabalho feminino, no Brasil, é mais do que conhecida, sendo no entanto possível, através das fontes primárias, reconhecer as tentativas e os



Operárias trabalhando no beneficiamento da cera de carnaúba. Parnaíba, Piauí, 1942. Arquivo Nacional.

traços da sua participação no mercado de trabalho.

No arquivo Fábio Luz,¹² Maria de Lacerda Moura, militante feminista, em correspondência com o titular entre os anos de 1921 e 1922, narra sua dificuldade em se estabelecer no mercado de trabalho em São Paulo, para onde fora acompanhar seu marido, problema só vencido com a fundação da revista *A Renascença*.

Nos já destacados fundos documentais do movimento feminista existe grande material sobre o trabalho feminino. Um trecho do relatório de Berta Lutz sobre a Conferência Pan-Americana da Liga de Mulheres Eleitoras dos Estados Unidos, conhecida também como Conferência de Baltimore (1922), ilustra a preocupação internacional com as garantias dos direitos no trabalho, o que serviu, entre outros motivos, como pontapé inicial para a organização da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação.

No [sic] dia seguinte foi dedicado às questões referentes as mulheres na indústria e à supressão da escravatura branca ...Tive ocasião de delinear levemente a situação das operárias brasileiras prestando homenagens a essa classe de mulheres que considero das mais dignas. (Q1, cx.1).

Talvez com a preocupação de facilitar sua vida doméstica, muitas mulheres, brasileiras e estrangeiras, desenvolveram, no final do século XIX e início do XX, inventos como coletes para senhoras, remédios, perfumes, sabonetes, processadores de esterilização de águas, processo de

empacotamento do sal refinado, e os registraram no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, compondo os pedidos dessas patentes parte do fundo Privilégios Industriais.¹³ De maneira esporádica, aparecem algumas patentes fora desse universo doméstico como por exemplo "Nova construção de carros de passageiros para estrada de ferro", de autoria de Alvina Kilmann, em 1907.

O chamado 'lado marginal' do trabalho feminino pode ser percebido pelos inquéritos policiais e processos das diversas pretorias criminais, os quais enquadravam as mulheres nos artigos presentes no código penal em vigor entre 1890 a 1940, principalmente vadiagem, curandeirismo, contravenção. Exemplo disso é o processo 1.289 da 7ª pretoria criminal — RJ, em que Firmina Maria Ferreira (34 anos, analfabeta), por não ter domicílio, meio de subsistência e profissão, é presa após denúncia de um soldado, que sempre a via em uma rua de Madureira fazendo gestos obscenos e usando linguagem chula. Várias testemunhas foram ouvidas confirmando a denúncia, e a mulher é presa. Apesar de alegar que exercia a profissão de lavadeira, é enquadrada no artigo 399, vadiagem, em 1914. (72-1279).

Com o objetivo de exercer maior controle em relação às atividades artísticas, a delegacia de costumes e diversões do Rio de Janeiro¹⁴ fichava os artistas em geral, inclusive mulheres, registrando nome, pseudônimo, dados biográficos,

caracteres cromáticos (olhos e cabelos), estatura, marcas particulares e informações ligadas ao exercício profissional.

No dossiê do concurso para provimento de cargos da classe inicial da carreira de cônsul, do quadro único do Ministério das Relações Exteriores, fundo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP),¹⁵ cujo edital não explicita a exclusividade masculina, há um parecer de Mário de Brito que torna claro a discriminação existente, com o seguinte texto:

[...] Proponho a aprovação das inscrições de todos os candidatos, com exceção dos números [...] por serem do sexo feminino (o decreto-lei nº 791, de 14.10.1938, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores, no parágrafo do art. 30 veda a inscrição de pessoas do sexo feminino para carreira de diplomata) [...] 19.10.1938.

EDUCAÇÃO

No segundo reinado, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos salões no Rio de Janeiro, os pais começam a investir na educação das filhas para assegurar-lhes melhor casamento, fornecendo-lhes pinceladas de cultura. Tal comportamento envolvia classes sociais mais privilegiadas com algum reflexo nas demais. Lentamente as mulheres foram entrando para cursos tradicionalmente masculinos, como direito e medicina, visando não somente um bom casamento como também o mercado de trabalho.

Um dos objetivos principais da FBPF ao ser criada foi incentivar o acesso da mulher à educação. Em seu estatuto, no relatório do Congresso de Baltimore e na



Cerimônia de formatura. s.d. Arquivo Nacional.

Assembléia Nacional Constituinte de 1932 a questão sempre foi relevante.

Na série Educação (código IE3)¹⁶ destacam-se dois requerimentos de mulheres, datados de 1909, solicitando matrícula e exame nos cursos de obstetrícia e farmácia da Faculdade de Medicina da Bahia (IE 759).

A correspondência (1935-1940) entre Mário Augusto Teixeira de Freitas (pasta 39) e a deputada Francisca Rodrigues, responsável pelo projeto Bandeira Paulista de Alfabetização, mostra a preocupação desta parlamentar com a educação popular e o ensino rural, projeto elogiado por Berta Lutz, como se vê em um recorte de jornal do fundo da Federação. Ainda no fundo Mário Augusto, o titular elaborou um estudo chamado Formação do Homem Brasileiro (1948), que é voltado para a formação do trabalhador e do cidadão, não fazendo restrição ao sexo feminino.

As reivindicações do professorado, categoria profissional predominantemente feminina e que durante anos foi a única aceita socialmente, sempre foram motivos de mobilização, como ressaltam os exemplos a seguir:

Reivindicações do magistério primário oficial.

Os professores públicos primários do Distrito Federal e demais serventuários técnicos do Departamento de Educação, pelas suas associações de classe, solidários nas suas reivindicações que têm pleiteado, resolveram, após sessão con-

junta, apresentar a V. Exa. uma síntese das aspirações que vêm defendendo perante a esclarecida administração atual:

1- Melhoria de vencimentos [...].

... 11- Que se restabeleça a antiga divisão dos distritos escolares, atendendo-se porém a uma distribuição de escolas mais equitativa [...]. (Q0, cx. 77, p.5-1935).

Item IV — Carreiras apropriadas ao sexo feminino — novas oportunidades de trabalho para o sexo feminino ...

Foi também devida à Liga para Emancipação da Mulher a apresentação aos representantes das faculdades e escolas superiores do Rio de Janeiro, reunidos para estabelecer as bases da nova Universidade, da proposta em virtude da qual todos os cargos administrativos e do corpo docente, sem exceção do de reitor da Universidade, estão franqueados aos dois sexos em absoluta igualdade de condições. Esta emenda foi aprovada por 62 dos 64 membros presentes, atestando o espírito liberal dos intelectuais patricios. Este ano tivemos a satisfação de ver nomeada a primeira livre-docente em virtude da nossa iniciativa.

Itens abordados — educação e Instrução femininas, assistência à mãe e à infância, legislação do trabalho, novas oportunidades de trabalho para mulher, direitos civis, direitos políticos, relações internacionais e paz, cooperação, orga-

nização e questões de interesse público. (Relatório da FBPF, 1922 a 1924).

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Segundo Millôr Fernandes "O melhor movimento feminino ainda é o dos quadris". A visão do feminino como objeto sexual, como esposa e mãe, é uma imagem difícil de destruir. "A sociedade colonial, latifundiária e escravocrata configurou uma estrutura social rigidamente diferenciada, de um lado a mulher branca, membro dominante da classe dominante, do outro a escrava, a mulher negra, indígena ou mestiça explorada como braço escravo e como objeto sexual".¹⁷ Até o início do século XX a situação feminina pouco se diferenciava do já exposto, sendo raras as notícias da participação política da mulher na sociedade, como a de Nísia Floresta e de Leolinda Figueiredo Daltro, esta última uma das fundadoras do Partido Republicano Feminista, em 1910.

Somente com a industrialização e a Primeira Guerra Mundial as mulheres tiveram oportunidade de sair da prisão cor-de-rosa — seu lar — e dar os primeiros passos no mercado de trabalho, até então restrito às salas de aula. Foi neste ambiente mais propício, por volta de 1918, que Berta Lutz, militante feminista histórica, dá, em uma entrevista concedida à *Revista da Semana*, seu primeiro passo de incentivo à participação política da mulher, embora com a preocupação de resguardar a família e seu papel de esposa e mãe.

No ano seguinte, Berta e mais cinco sócias fundam a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. A participação como representante brasileira na Conferência Pan-Americana da Liga de Mulheres Eleitoras dos Estados Unidos incentiva Berta a fundar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, com objetivos de proteger a mãe e a infância, obter garantias legislativas e proteção para o trabalho feminino, orientar a escolha de uma profissão, estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e assegurar seus direitos políticos. A entidade tinha uma estrutura rígida, com uma diretoria formada por mulheres de classes sociais mais altas e com formação intelectual.

A grande bandeira da Federação foi o movimento sufragista que, sintonizado ao movimento internacional, conseguiu em 1932, através do decreto nº 21.076, de 24.2.1932, o direito ao voto feminino. A Conferência pelo Progresso Feminino (1922), com a presença da militante feminista americana Carrie Chapman Catt, presidente da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e da Associação Pan-Americana de Mulheres, foi o primeiro evento realizado pela Federação, com teses voltadas para a educação, trabalho e assistência à mãe e à infância. Todas as teses apresentadas e os debates realizados encontram-se no fundo da Federação (Q0, caixa 2). A Conferência teve repercussão na imprensa e chamou a atenção para o movimento feminista. No período

entre o final da década de 1910 e o início da de 1930, o movimento feminista está praticamente voltado para o direito político de voto. A documentação da Federação é riquíssima para ilustrar este período.

Com a promulgação do código eleitoral de 1932, Berta Lutz e Natércia Silveira (dissidente da Federação) participam da Comissão Organizadora do Anteprojeto Constitucional. Berta cria a Liga Eleitoral Independente com o objetivo de incentivar a participação da mulher no processo eleitoral. Candidata em maio de 1932, não obtém o número de votos suficiente. Volta a candidatar-se em outubro de 1934, pelo Partido Autonomista, quando é eleita suplente, assumindo a vaga do deputado Cândido Pessoa em 1936, após a morte deste último.

Entre os vários panfletos da candidata, serve de exemplo o documento abaixo de 1933 ou 1934:

Homens e mulheres! Votem em Berta Lutz porque há quinze anos ela vem lutando desinteressadamente pela defesa da mulher, pela melhoria das condições de vida, pelo barateamento dos gêneros de primeira necessidade, pela maior felicidade do lar.

Donas de casa e mães, mulheres e homens do trabalho, votem em Berta Lutz porque uma representante feminina compreende melhor as necessidades dos vossos lares e de vossos filhos [...]. (Q0-caixa 78, pac. 5).

Ao alcançar o tão almejado direito ao voto,

o movimento feminista se esvazia; não há nenhum movimento organizado, exceto os de caráter classista, que se preocupe com as questões ligadas à mulher, como trabalho, direitos civis, proteção à saúde. A conjuntura também não é favorável, com o Estado Novo os movimentos reivindicatórios definham.

Em 1962, outro movimento feminino reúne mulheres em torno da criação da Campanha da Mulher pela Democracia — CAMDE, apoiada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais — IPES, com o intuito de impedir a posse de Santiago Dantas como primeiro-ministro e, por conseguinte, derrubar o governo de João Goulart.

A escolha da dona de casa da classe média como potencial ponta de lança para o contra-ataque a João Goulart foi de especial importância. Ao fazer tal escolha o IPES visava diretamente às esposas, irmãs e mães dos militares, profissionais, comerciários e tecnoburocratas [...] As organizações femininas (geralmente com um corpo masculino de assessores políticos e organizacionais) mostravam-se instrumentais na campanha conduzida pela elite orgânica para infundir o temor da 'ameaça vermelha', ao mesmo tempo que elas eram o seu próprio alvo. No decorrer dos primeiros meses de 1964, as organizações femininas e grupos católicos proporcionavam a mais visível ação cívica contra João Goulart e contra as forças nacional-reformistas, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Guanabara.¹⁸

Presidida por Amélia Molina Bastos, a CAMDE se harmonizava com importantes elites políticas e militares, além de contar com a simpatia de parcela da imprensa. Iniciou-se com duas formas de ação: esclarecimento no meio feminino contra o comunismo, por meio de cursos e palestras, e criação de movimento de opinião pública, através da vigilância permanente dos atos do governo. O acervo é constituído basicamente de recortes de jornais, com artigos que abordam os movimentos anticomunistas, prevenção contra a cubanização, reforma agrária, Marcha da Família com Deus pela Liberdade e Revolução de 1964, textos e plataformas de expoentes do movimento católico como Gustavo Corção e Alceu Amoroso Lima, palestras realizadas por Roberto Campos, Hélio Beltrão, marechal Rolim etc. a respeito

de reforma agrária, remessa de lucros e descentralização do Estado. Os documentos a seguir ilustram a participação da entidade na Revolução de 1964.

Panfleto de convocação

5ª feira, dia 2 de abril

Partida da Candelária

Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Em nome de sua fé religiosa, compareça com sua família (PE, caixa 41, pasta 3).

Artigo "CAMDE comemora o aniversário da Revolução que ajudou a realizar"

Nas comemorações desse aniversário que abrangerão o país inteiro, exprimindo uma vez mais o regozijo nacional pelo retorno aos quadros da legalidade democrática, em



Primeiro Congresso Feminino Brasileiro. Ao centro, a líder norte-americana Carrie Chapman Catt, ao lado de Berta Lutz. Rio de Janeiro, 1922. Arquivo Nacional.